

Comissão de Contratação
Rua Senador Rollemberg 513 - Bairro São José - Aracaju-SE - CEP 49015-120
Telefone: (79) 3214-2229 - www.crase.org.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 13/2026/CRA-SE

PROCESSO Nº 476918.000111/2026-71

(Processo Administrativo nº 07/2026)

1. INTRODUÇÃO E OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o **fornecimento contínuo de combustíveis automotivos (Gasolina Comum)**, sob demanda, para atender às necessidades operacionais e logísticas do veículo oficial do Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE) — modelo Onix LT 1.4 ECO, ano 2018, com aproximadamente 15.000 km rodados.

1.2. Para fins do disposto no art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021, o objeto desta contratação enquadra-se na categoria de **bens comuns**, visto que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

2. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A contratação fundamenta-se na obrigatoriedade legal e institucional do CRA-SE em realizar fiscalizações *in loco* do exercício profissional de Administração em todo o território do Estado de Sergipe. Para o cumprimento integral deste dever finalístico e para a execução dos atos diários de suporte administrativo da Diretoria Executiva, é indispensável garantir a pronta mobilidade do veículo oficial.

2.2. A opção pelo rito de **Dispensa de Licitação** encontra amparo legal no **Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021**, em razão do valor estimado situar-se abaixo do limite legal para contratação de bens e serviços comuns.

3. DA ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E CRITÉRIOS DE PREÇO

3.1. O fornecimento compreenderá a aquisição de **Gasolina Comum**, para uso automotivo, com índice de octanagem IAD 87 Mínimo, em estrita conformidade com os padrões de pureza e qualidade exigidos pela legislação regulatória vigente.

3.2. O faturamento, o controle de preços e a liquidação dos valores dos combustíveis fornecidos basear-se-ão rigorosamente na tabela periódica de preços médios praticados no mercado local, apurada e divulgada oficialmente pela **Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)**.

4. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA, RECEBIMENTO E LOCAL DE EXECUÇÃO

4.1. O fornecimento do combustível dar-se-á de forma fracionada e sob demanda (conforme a necessidade de rodagem do veículo), diretamente nos bicos/bombas do posto revendedor contratado.

4.2. O posto revendedor deverá estar localizado obrigatoriamente no perímetro urbano do município de **Aracaju/SE**, respeitando a distância máxima (raio) de até 8 km da sede do CRA-SE.

4.3. O recebimento do combustível ocorrerá em caráter provisório no ato do abastecimento, mediante assinatura do condutor do veículo na respectiva requisição, e em caráter definitivo mensalmente, após a conferência e atesto da Nota Fiscal pelo Fiscal do Contrato.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Fornecer combustível de qualidade atestada e devidamente certificado, livre de impurezas ou adulterações, responsabilizando-se integralmente por quaisquer danos mecânicos causados ao motor do veículo oficial decorrentes de combustível viciado.

5.2. Manter o posto de abastecimento em pleno funcionamento operacional, assegurando o atendimento regular ao veículo do CRA-SE dentro do horário comercial e de suas rotinas externas de fiscalização.

5.3. Registrar obrigatoriamente a identificação da placa do veículo oficial e a quilometragem exibida no odômetro no cupom/comprovante de cada ato de abastecimento.

5.4. Manter, durante todo o período de execução do ajuste, as condições de habilitação e regularidade fiscal exigidas para contratar com a Administração Pública.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Emitir formalmente as requisições de abastecimento por meio de seus servidores autorizados, contendo a indicação do combustível e o controle logístico interno.

- 6.2. Promover o acompanhamento, controle e a fiscalização do fornecimento por intermédio do fiscal designado, rejeitando faturamentos cujos valores unitários diverjam dos índices oficiais publicados pela ANP.
- 6.3. Efetuar o pagamento à Contratada dentro do prazo legal estabelecido, após a regular liquidação da despesa.

7. MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO (FISCALIZAÇÃO)

- 7.1. A fiscalização da execução deste instrumento caberá ao servidor formalmente designado pela Administração do CRA-SE, o qual monitorará o consumo médio de litros, o histórico de quilometragem e a conformidade dos preços faturados.
- 7.2. O Fiscal do Contrato terá livre acesso aos relatórios e cupons gerados pelo posto contratado, competindo-lhe notificar a empresa sobre quaisquer inconformidades detectadas ou proceder à glosa imediata de valores cobrados em excesso.

8. ESTIMATIVA DO VALOR E CRITÉRIOS DE FATURAMENTO/PAGAMENTO

- 8.1. O preço unitário máximo estimável de referência aceitável para a sessão pública da dispensa eletrônica será de **R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos) por litro**, definido por meio da metodologia da Mediana extraída da **Pesquisa de Preços nº 1/2026** realizada pelo Conselho via sistema Licitanet.
- 8.2. O faturamento será processado mensalmente, devendo a Contratada protocolar a Nota Fiscal acompanhada do relatório detalhado contendo as datas, horários, litragens e quilometragens de cada abastecimento efetuado.
- 8.3. O valor cobrado por litro em cada abastecimento não poderá, sob hipótese alguma, superar o preço médio de mercado estabelecido pela tabela oficial da ANP para a respectiva semana de execução do serviço na região de Aracaju/SE.
- 8.4. O pagamento será realizado em conta bancária de titularidade da Contratada em até 30 (trinta) dias contados do recebimento definitivo da documentação fiscal devidamente atestada.

9. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

- 9.1. O descumprimento total ou parcial das condições avençadas neste Termo de Referência ensejará a aplicação das sanções administrativas previstas no Capítulo I do Título IV da Lei nº 14.133/2021, garantidos o contraditório e a ampla defesa.
- 9.2. A recusa injustificada em assinar o contrato ou aceitar a ordem de fornecimento, o atraso no atendimento ou a tentativa de faturamento acima dos parâmetros médios semanais da tabela ANP sujeitará a contratada a multas moratórias e/ou suspensão temporária, conforme a gravidade da infração.

10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (E HABILITAÇÃO)

- 10.1. O critério de julgamento da presente Dispensa Eletrônica local será o de **Maior Desconto Linear (percentual)** por item, a ser aplicado sobre a tabela periódica oficial de preços médios praticados ao consumidor, divulgada periodicamente pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) para o município de **Aracaju/SE**. A proposta comercial vencedora e os futuros faturamentos mensais estarão estritamente vinculados a este percentual de desconto em relação aos índices vigentes na semana do abastecimento.
- 10.2. Para fins de habilitação, o fornecedor deverá comprovar sua regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, além do registro/autorização regular de funcionamento emitido pela ANP como posto revendedor de combustíveis varejista.

11. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão por conta de dotação orçamentária própria, consignada no orçamento vigente do Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE), cuja declaração de disponibilidade e reserva foi previamente atestada pelo Setor de Contabilidade do órgão no feito administrativo.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1. A presente contratação de fornecimento não estabelece qualquer vínculo empregatício ou societário entre o CRA-SE e os funcionários, frentistas ou prepostos da contratada.
- 12.2. **Nota de Registro Logístico:** Registra-se expressamente que todas e quaisquer demandas futuras por manutenções mecânicas preventivas ou corretivas, revisões de fábrica ou aquisição de peças para o automóvel Onix LT 1.4 ECO serão objeto de planejamento, autuação e instrução em **processo administrativo próprio e totalmente autônomo**, não guardando qualquer vinculação técnica ou relação de interdependência com o presente objeto de combustíveis.

Aracaju/SE, 29 de maio de 2026

Adm. Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos Filho
Diretor Administrativo e Financeiro
CRA-SE 2189-01

Admª Sílvia de Sousa Ribeiro França
Agente de Contratação / Membro da Comissão Permanente de Licitação

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 SERVIÇOS – LICITAÇÃO

(Processo Administrativo nº XX/2026)

**CONTRATO
ADMINISTRATIVO
Nº
XX/2026,
QUE
FAZEM
ENTRE
SI O
CONSELHO
REGIONAL
DE
ADMINISTRAÇÃO,
POR
INTERMÉDIO
DO
SEU
PRESIDENTE
E A
EMPRESA
, POR
INTERMÉDIO
DE SEU
REPRESENTANTE
LEGAL;**

O CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SERGIPE, pessoa jurídica de Direito Público, com sede na Rua Senador Rollemberg, nº 513 – São José, CEP 49015-120, inscrito no CNPJ sob o nº15.615.776/0001- 93, neste ato representado pelo Sr. Gildson Mendes de Farias, CPF nº. 575.***.***-49, doravante denominado CONTRATANTE, e **A XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, sediada em Aracaju(SE) na Rua XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Lojas XXXXX XXXX XXXX, por intermédio de seu representante legal Sr XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX SSP/SE e do CPF nº XXXXXXXXXXXXXXX, Aracaju/SE, doravante designado CONTRATADO, em observância às disposições do **Art. 75 II**, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da **DISPENSA ELETRÔNICA nº. XX/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO (art. 92, I e II)**

- 1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de por dispensa de licitação de fornecimento de combustível para carro ONIX, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
- 1.2. Objeto da contratação

ITEM	DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS	UND	QTD	VL ESTIMADO P/ LITRO
01	O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para o fornecimento contínuo de combustíveis automotivos (Gasolina Comum) , sob demanda, para atender às necessidades operacionais e logísticas do veículo oficial do Conselho Regional de Administração de Sergipe (CRA-SE) — modelo Onix LT 1.4 ECO, ano 2018, com aproximadamente 15.000 km rodados.	LT	Conforme Demanda	R\$ 6,85 (seis reais e oitenta e cinco centavos)

- 1.2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
- 1.2.2. O Termo de Referência;
- 1.2.3. O Aviso da Dispensa de Licitação;

- 1.2.4. A Proposta do contratado;
- 1.2.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

- 2.1. O prazo de vigência da contratação são de 12 meses, contados de XX/XX/2026 a XX/XX/2027 com prorrogação previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

- 3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

- 4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

- 5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ XX,XX (XXXX), perfazendo o valor total de R\$ XX,XX (XXXXXXXXX).

6. **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

- 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

- 7.1. Os preços contratados poderão ser revistos para mais ou para menos, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que haja alteração comprovada dos preços praticados no mercado local.

- 7.1.1. Será utilizada como parâmetro oficial de flutuação de mercado a tabela de preços médios ao consumidor divulgada periodicamente pela **ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis)** para o município de Aracaju/SE.

- 7.2. Como a vigência no caso de Dispensa de Licitação está prevista para o período de 1 (um) ano, com possibilidade de prorrogação de acordo com a Lei nº 14.133, de 2021.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

- 8.1. São obrigações do Contratante:
- 8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 8.9.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 8.10. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
 - 8.10.1. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
 - 8.10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVI I)**

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir

dispostas:

- 9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.
- 9.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 9.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.5. Manter estrutura e pessoal adequados em seu estabelecimento para o perfeito atendimento e abastecimento do veículo oficial da Contratante, conforme as demandas apresentadas.;
- 9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, o combustível no qual se verificarem vícios, impurezas ou desconformidades com as normas da ANP (Agência Nacional do Petróleo);
- 9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.9. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 9.10. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 9.11. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.12. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.13. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.14. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.
- 9.15. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.16. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.19. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 9.20. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 9.21. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.22. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.23. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;
- 9.24. **Do Local:** Fica reiterada a obrigatoriedade de localização do posto dentro do perímetro urbano de **Aracaju/SE**, visando garantir a eficiência logística e mitigar o desgaste do veículo oficial;
- 9.25. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

- 10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quando a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão de certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente deverão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

12. **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art.92, XIV)**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar , quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV - Multa:

(1) Moratória de 2% (dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 5 (cinco) dias;

a. O atraso superior a 5 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

12.2. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.6. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.7. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.12. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

13.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.5.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.5.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.6. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.6.3. Indenizações e multas.

13.6.4. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.6.5. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**



Documento assinado eletronicamente por **Adm. Carlos Menezes Calasans Eloy dos Santos Filho**, **Diretor(a)**, em 30/06/2026, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site sei.cfa.org.br/conferir, informando o código verificador **4179238** e o código CRC **DF37FBCC**.